

A questão de gênero no MST e a educação do campo

Maria Eleusa da Mota¹, Maysa do Carmo de Paula²

Resumo

O propósito deste artigo é apresentar uma reflexão sobre as relações de gênero no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), os conflitos e a conscientização, por meio da formação política e ideológica que a militância e a direção recebem do setor de gênero e da educação do campo. O estranhamento, a conflitualidade e a conscientização fazem parte do doloroso processo formativo na busca do novo homem e da nova mulher idealizados pelo MST.

Palavras-chave

Gênero. Tensões e Conflitos. Educação do Campo.

1. Pós-graduanda em Linguagens em Escolas do Campo pela Universidade de Brasília, licenciada em Educação do Campo pela Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: profa.eleusa@hotmail.com.

2. Dirigente estadual do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, licenciada em Educação do Campo pela Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: mstmaysa@yahoo.com.br.

The gender question in the MST and rural education

Maria Eleusa da Mota*, Maysa do Carmo de Paula**

Abstract

The greater purpose of this paper is to present a reflection about gender relations in "Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra" (MST), conflict and political awareness through training and ideological militancy direction received of the sector of gender and education field. The alienation, conflict and awareness are part of the painful learning process in search of the new man and new woman conceived by the MST.

Keywords

Gender. Tensions and Conflicts. Rural Education.

* Post-graduating in Languages at Rural School at the University of Brasília, credentialed in Rural Education at Federal University of Minas Gerais. E-mail: profa.eleusa@hotmail.com.

** State director of "Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra", credentialed in Rural Education at the Federal University of Minas Gerais. E-mail: mstmaysa@yahoo.com.br.

Introdução

Não vou sair do campo pra poder ir pra escola.
Educação do Campo é direito e não esmola.

Gilvan Santos

Um educador do campo atua em diferentes espaços, circunstâncias e em todos os momentos que proporcionam processos educativos, seja em sala de aula, nos acampamentos e assentamentos, nos despejos, nos debates, nas reuniões, nas assembleias, nas marchas etc.

As relações de gênero entre os camponeses é vista, pelo Setor de Gênero do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), como um dos principais assuntos a ser estudado. Portanto, para que homens e mulheres tenham as mesmas oportunidades, algumas ações pautam-se em princípios pedagógicos e filosóficos que deverão ser implantados em todos os acampamentos, assentamentos, escolas e espaços de lutas, como, por exemplo, a composição da coordenação por um homem e uma mulher na representatividade.

É notório e expressivo a violência de inferiorização da mulher e do homossexual dentro do MST. Algumas mulheres militantes questionam que certas tarefas, como a coordenação e a apropriação dos automóveis do Movimento, sempre estiveram e se mantêm sobre o controle dos homens. Estes, por sua vez, justificam que a maioria das camponesas não possuem habilitação para dirigir, e elas, como ficam quase sempre com as tarefas domésticas e as ligadas ao Setor de Educação, não têm as mesmas oportunidades que eles para executar outras tarefas.

Portanto, o Movimento entende que a educação do campo e o Setor de Gênero possui a tarefa árdua de conscientizar homens e mulheres na luta pelo respeito mútuo e pela valorização do ser humano, pois, ao mostrar que as diferenças entre o masculino e feminino são construções culturais de cada sociedade, o conceito de gênero derruba uma

velha compreensão de que homens e mulheres têm funções sociais diferentes já que são, biologicamente ou naturalmente, diferentes.

As relações de gênero vão se reproduzindo na sociedade por meio de instituições e de instrumentos, entre eles a escola, reprodutores, na sociedade, da ideologia da classe dominante. Por isso, acreditamos que nossos princípios filosóficos e pedagógicos colaboram diretamente com o Setor de Gênero.

Os princípios filosóficos dizem respeito à nossa visão de mundo e às nossas concepções mais gerais em relação à pessoa humana, à sociedade e ao que entendemos por educação. São alguns princípios filosóficos da educação do MST:

- a. Educação para a transformação social: educação de classe, educação massiva, educação organicamente vinculada ao movimento social, educação aberta para o mundo, educação para a ação, educação aberta para o novo;
- b. Educação para o trabalho e a cooperação: educação voltada para construir o novo projeto/modelo de desenvolvimento rural, em sintonia com as necessidades e interesses sociais dos trabalhadores do campo e da cidade, elementos principais do nosso Programa de Reforma Agrária. Educação que nos faça entender a herança cultural do individualismo, do isolamento e do conservadorismo que ainda carregamos para, então, se buscar uma transformação de valores de solidariedade e cooperação;
- c. Educação voltada para as várias dimensões da pessoa humana: ou poderíamos dizer, usando uma expressão mais curta, “educação onilateral”. A palavra onilateral vem de Marx, que usava

a expressão “desenvolvimento onilateral do ser humano” para chamar a atenção de que uma práxis educativa revolucionária deveria dar conta de reintegrar às diversas esferas da vida humana o modo de produção capitalista que prima por separar. Ou seja, a educação onilateral se opõe à educação unilateral. Algumas dimensões principais que o Movimento sempre destaca são: a formação político-ideológica; formação organizativa; a formação técnico-profissional, a formação do caráter ou moral (valores, comportamentos com as outras pessoas); a formação cultural e estética; a formação afetiva, a formação religiosa;

d. Educação com/para valores humanistas e socialistas: a educação no MST quer ajudar na construção do novo homem e da nova mulher. Para isso, é fundamental uma formação que rompa os valores dominantes na sociedade atual, centrada no lucro e no individualismo desenfreados. Precisamos nos contrapor a isso, cultivando, intencionalmente, novos valores, pelo menos aqueles valores que o Movimento conseguiu vislumbrar como necessários a uma nova ordem social. O MST acredita que o processo encarregará de nos mostrar que outros valores e outras dimensões também deverão ser, aos poucos, incorporados. Esses são os valores humanistas e socialistas que o Movimento acredita, e que colocam no centro dos processos de transformação, a pessoa humana e sua liberdade, mas não como indivíduo isolado e, sim, como ser de relações sociais que visem à produção e à apropriação coletiva dos bens materiais e espirituais da humanidade, a justiça na distribuição destes bens e igualdade na participação de todos nesses processos. Alguns destes valores que cremos deveriam ser enfatizados nas nossas

práticas educativas: o sentimento de indignação diante de injustiças de perda da dignidade humana; o companheirismo e a solidariedade nas relações entre as pessoas e os coletivos; a busca da igualdade combinada com o respeito às diferenças culturais, de raça, de gênero, de estilos pessoais; a direção coletiva e a divisão de tarefas; o planejamento; o respeito à autoridade que se constitui por meio de relações democráticas e coerência ética; a disciplina no trabalho, no estudo e na militância; a força/dureza necessária à militância política mesclada com a ternura e o respeito nas relações interpessoais; a construção do ser coletivo combinada com a possibilidade da livre emergência das questões da subjetividade de cada pessoa; a sensibilidade ecológica e o respeito ao meio ambiente; o exercício permanente da crítica e da autocrítica; a busca de formação em todas as dimensões e de superação dos próprios limites; o espírito de sacrifício diante das tarefas necessárias à causa da transformação e do bem-estar do coletivo; a criatividade e o espírito de iniciativa diante dos problemas; o cultivo do amor pelas causas do povo, e o sentido internacionalista das lutas sociais; o cultivo do afeto entre as pessoas; a capacidade permanente de sonhar e de partilhar o sonho e as ações de realizá-lo.

e. Educação como um processo permanente de formação/transformação humana: destaco que o Movimento tem como princípio fundamental a profunda crença no ser humano e em sua capacidade de transformação, o que é a condição básica para acontecer o processo de educação/transformação, ou seja, as pessoas mudam, educam-se e são educadas continuamente. Quem não acredita nisso não pode ser pedagogo ou pedagoga da Terra.

O MST é enfático em afirmar que:

a. as pessoas não se educam da mesma maneira em todas as fases de sua vida. Daí o porquê da discussão metodológica de como educar, de como ensinar, de como aprender não ser detalhe, mas, sim, elemento essencial para atingirmos nossos objetivos pedagógicos e políticos;

b. a existência social de cada pessoa é o fundamento de sua educação. O que educa/transforma a pessoa não é apenas o discurso, a palavra, a teoria, por melhor que seja, e sim a vivência concreta do novo. O MST pretende transformar e construir comportamentos, atitudes, valores, organizando as condições objetivas para que seus integrantes vivam durante o processo pedagógico estas mudanças;

c. há toda uma carga social, ideológica que “educou” o povo para a inércia, a não mudança. Por isso, a educação que o MST pretende é cada vez menos um processo espontâneo e mais um processo intencionalmente planejado e provocado.

d. a educação não é obra apenas da inteligência, do pensamento, é, também, da afetividade, do sentimento. Esta é a combinação que precisa estar tanto no ato de educar, como no de ser educado. Os princípios pedagógicos do MST referem-se ao jeito de fazer e pensar a educação, a fim de concretizar os princípios filosóficos. Dizem dos elementos que são essenciais e gerais na nossa proposta de educação, incluindo, especialmente, a reflexão metodológica dos processos educativos, chamando a atenção de que pode haver práticas diferenciadas, a partir dos mesmos princípios pedagógicos e filosóficos. Ou seja, é diferente a prática pedagógica que acontece numa escola infantil de

assentamento da que acontece em um curso de ensino médio como o Técnico em Administração de Cooperativas, por exemplo. Contudo, os princípios pedagógicos devem ser os mesmos.

Alguns princípios pedagógicos do MST:

a. Relação entre prática e teoria e a preocupação com a formação para a ação transformadora;

b. Combinação metodológica entre processos de ensino e de capacitação;

c. A realidade como base da produção;

d. Conteúdos formativos socialmente úteis;

e. Educação para o trabalho e pelo trabalho;

f. Vínculo orgânico entre processos educativos e processos políticos;

g. Vínculo orgânico entre processos educativos e processos econômicos;

h. Vínculo orgânico entre educação e cultura;

i. Gestão democrática;

j. Auto-organização dos/das estudantes;

k. Criação de coletivos pedagógicos e formação permanente dos educadores e educadoras; avaliação como um processo permanente, participativo, e que envolve todos os momentos do processo educativo;

l. Atitudes e habilidades de pesquisa;

m. Combinação entre processos pedagógicos coletivos e individuais;

n. Cultivo da memória coletiva do povo brasileiro e valorização especial da dimensão pedagógica da história. A educação do e no campo compreende toda extensão de educação dos camponeses e camponesas para que, primordialmente, recebam educação de qualidade, respeitando a cultura e saberes camponeses, sem que necessitem sair do campo.

Embora se saiba que a educação do campo e as novas relações de gênero compreendem um processo lento e árduo por parte dos educadores, visualizemos o comportamento de homens militantes, em entrevista concedida³ da coordenadora do MST Regional Triângulo Mineiro:

Cada vez mais, a mulher necessita ocupar seus espaços, cada vez mais o homem precisa ocupar também um espaço que é dele também: como o direito de lavar, cozinhar, assumir filhos. Estamos longe de sermos aquela nova mulher tão propagandeada pelo Movimento. Mas longe ainda está o tal novo homem. Os dirigentes, este têm que ser exemplo, conforme nossas discussões e entendimento. Mas muitos se preocupam em cumprir suas tarefas de direção e nem olham para trás. Quer que a mulher engula que ele está fazendo um grande papel, cumprindo com uma importante tarefa que é a revolução, mesmo que isso não aconteça. A mulher tem que assumir filhos, despesas, garantir uma boa educação, participar das lutas, porque o novo homem está fazendo a revolução. E este novo homem deixa a mulher fazendo aquilo que lhe parece insignificante (A. M. L., 2009).

Esta fala, de uma militante, mostra a realidade enfrentada dentro do MST, que não trabalha apenas a questão da luta pela terra

3. Entrevista concedida em julho de 2009.

isoladamente, mas propõe novos caminhos na abordagem de temas ligados à educação do campo, à saúde, à produção, à cultura e às relações de gênero. Busca, constantemente, a conscientização construída coletivamente entre seus integrantes: base, militância, coordenação e direção.

Não temos a ingenuidade de achar que é fácil alterar as relações de gênero. Isso implica, concretamente, em perda de poder econômico e político dos homens, que, ao longo da história de nossa organicidade, detém o domínio em muitos setores e instâncias. É visível que as mulheres só são a maioria nos cursos da área de educação e saúde, porque o ato de cuidar de crianças e doentes é considerado, pela sociedade em geral, como trabalhos femininos, afirma Christiane Campos, do Setor Nacional de Gênero do MST.

Conforme transcrito do Documento “MST – Setor Nacional de Gênero – Construindo novas relações de gênero, desafiando relações de poder”, de julho de 2003, estas são as linhas políticas de gênero do MST, aprovadas pelo conjunto do Movimento em 1999:

1. Garantir que o cadastro e o documento de concessão de uso da terra sejam em nome do homem e da mulher.
2. Assegurar que os recursos e projetos da organização sejam discutidos por toda a família (homem, mulher e filhos que trabalham), e que os documentos sejam assinados e a execução e controle também sejam realizados pelo conjunto da família.
3. Incentivar a efetiva participação das mulheres no planejamento das linhas de produção, na execução do trabalho produtivo, na administração das atividades e no controle dos resultados.
4. Em todas as atividades de formação e

capacitação, de todos os setores do MST, assegurar que haja cinquenta por cento de mulheres;

5. Garantir que todos os núcleos de acampamentos e assentamentos tenham um coordenador e uma coordenadora que, de fato, coordenem as discussões, estudos e encaminhamentos dos núcleos, e que participem de todas as atividades como representantes da instância.

6. Garantir que todas as atividades do MST, de todos os setores e instâncias, tenham ciranda infantil para possibilitar a efetiva participação da família (homem e mulher);

7. Assegurar a realização de atividades de formação sobre o tema gênero e classe em todos os setores e instâncias do MST, desde o núcleo de base até a direção nacional;

8. Garantir a participação das mulheres no setor de frente de massa para incentivar as mulheres a irem para o acampamento, participarem das atividades no processo de luta, e serem ativa nos assentamentos.

9. Realizar a discussão de cooperação de forma ampla, procurando estimular mecanismos que liberam as mulheres dos trabalhos domésticos.

10. Garantir que as mulheres sejam sócias de cooperativas e associações com igualdade na remuneração das horas trabalhadas, na administração, no planejamento e na discussão política e econômica.

11. Combater todas as formas de violência, particularmente contra as mulheres e crianças que são as maiores vítimas de violência no capitalismo.

Uma das poucas linhas políticas de gênero do MST, que dependia de órgãos públicos para ser implementada e para a qual se conseguiu sua legalização, foi a conquista do cadastro da concessão do uso da terra no nome do casal, sendo o homem e a mulher titulares, fato que ocorreu depois de muita luta dos movimentos de mulheres e do MST.

Segundo Melo e Sabbato (2008, p. 158), a Constituição Federal de 1988, no seu artigo 189, define que o “título de domínio ou concessão de uso será conferido ao homem ou à mulher, ou a ambos independentes do seu estado civil”. Antes da nossa luta, o documento da terra registrava apenas o nome do homem.

As tarefas domésticas e o cuidar dos animais, da horta, bem como outros trabalhos próximos à residência, ainda continuam sendo delegados às mulheres, inviabilizando sua participação nos estudos e nas lutas em igualdade em relação aos seus companheiros. O dirigente nacional do MST, Ademar Bogo, ressalta a dupla jornada das mulheres sem-terra:

Na luta de classe e gênero, a mulher encontra-se numa situação de desigualdade, realizando uma dupla ou tripla jornada de trabalho. No MST isso não é diferente, a mulher se dedica ao trabalho na produção e na militância, e ainda assume a maior parte ou todo o trabalho doméstico. E na maioria das vezes não recebe nada pelo seu trabalho e não participa das decisões políticas e econômicas (BOGO, 1999, p. 146).

De outra parte, seria impossível atingir os objetivos do MST, da educação do campo, da conquista pela terra e da construção de uma nova sociedade apenas com pessoas do sexo masculino. É preciso considerar que, na luta, os números são importantes, porque a massificação fortalece a luta de classe. A importância não está apenas no quantitativo, mas na presença da família, no trabalho e no estudo da conscientização da luta. É preciso ter planos estratégicos para driblar as repressões, as violências praticadas numa ocupação de terras,

onde se faz necessária a massificação. Portanto, a participação das mulheres se faz relevante na luta, além de ser um direito pela igualdade com os homens. Estes, então, vão lhes cedendo lugar, às vezes mais por interesse de aglutinação de forças do que por consciência de igualdade de gênero.

Por outro lado, muitas mulheres, ao adquirirem, no processo da luta, a formação relativa às desigualdades de gênero, vão percebendo que são usadas nas ocupações enquanto fator quantitativo e, dessa forma, desenvolvem coragem e se organizam a fim de transformar e construir relações mais igualitárias na família e na sociedade.

Segundo Paulo Freire (2003), o ato de estudar, refletir e desenvolver a curiosidade diante da realidade para conhecê-la melhor e criar e recriar críticas construtivas são características da mulher nova e do homem novo. Mesmo que, no primeiro momento, a participação das mulheres na luta não seja pelo objetivo de desnaturalizar a ideologia dominante da inferioridade da mulher, inicia-se uma inquietação por parte dos sujeitos envolvidos. O Movimento, por sua parte, cultua, por meio da luta, místicas⁴ e ideais que todos os seres humanos devem assumir os seus postos de sujeitos da história, lutando contra todas as desigualdades excludentes.

Nesse processo, foram surgindo inquietações acerca, dentre outras coisas, da desigualdade na participação das mulheres nos setores e coordenações, da violência doméstica contra a mulher, das questões de gênero no MST, contribuindo na constituição de passos importantes como a criação do Setor de Gênero, com princípios e linhas políticas que garantiram a participação das mulheres em

igualdade de direitos com os homens em todas as instâncias⁵ do Movimento: desde a coordenação do acampamento à direção nacional.

O Setor de Gênero tem como principal objetivo levar a discussão de gênero para o conjunto do MST, por meio de estudos e reflexões, divulgando cartilhas cujo conteúdo explore a importância de se estabelecer novas relações para se avançar na luta de classes. Entretanto, nem todos os estados e regiões foram bem sucedidos na implementação e funcionamento deste Setor, como foi o caso de Minas Gerais. São visíveis as dificuldades, como por exemplo, de garantir a participação igualitária de homens e mulheres nas atividades do MST.

Portanto, mulheres dirigentes e militantes, que se encorajam na luta para além da terra, precisam batalhar, também, por sua própria liberdade, combatendo os padrões conservadores e históricos que vêm se arrastando na sociedade. Padrões, estes, segundo os quais não se cogitou como papel ou tarefa do sexo feminino, ser dirigente e militante de um movimento de luta pela terra.

Quanto a isto, é relevante a análise de Saffioti, que nos mostra que:

A força dessa ideologia da “inferioridade” da mulher é tão grande que até as mulheres que trabalham na enxada, apresentando maior produtividade que os homens, admitem sua “fraqueza”. Estão de tais maneiras imbuídas desta idéia de sua “inferioridade”, se assumem como seres inferiores aos homens (1987, p. 12).

Um outro aspecto a considerar quanto às questões de gênero no MST é que o Movimento compreende que a luta pela construção de novos

4. Todos os setores do MST são responsáveis pela organização da mística nos encontros e estudos, desde a base, coordenações etc.

5. As instâncias mais se parecem com comissões de trabalho do que com espaço de poder. Sendo assim, algumas são permanentes e aglutinam os dirigentes para tomarem as decisões gerais. As instâncias são importantes para agilizarem os encaminhamentos e centralizarem as informações, mas ninguém é mais importante do que o outro, haja vista que qualquer tipo de transformação só pode ser obra coletiva, e cada um tem seu lugar para dar sua contribuição (BOGO, 1999).

valores de gênero deve estar atrelada à luta de classe pela transformação social. Considera-se que a igualdade de gênero não tem espaço na estrutura do sistema capitalista, uma vez que isso significa construir novos valores, cultura e uma educação radicalmente oposta à qual vivemos.

Então, para aqueles que foram educados nos padrões da ideologia dominante, é preciso provocar reflexões em suas consciências, despertando-as, a fim de que os sujeitos queiram lutar contra o que lhes foi ensinado desde sua infância, fazendo parte de sua socialização em termos gerais e de gênero. Neste processo de luta e de conhecimento, é que a educação do campo vem contribuindo para a formação dos novos valores nas relações de gêneros. Mulheres e homens não adquirem, espontaneamente, a consciência de que pagam um alto preço pelo poder autoritário que o homem detém sobre a mulher. Tudo isto foi criado historicamente e socialmente aprendido. Assim, quando vamos desvendando os símbolos e seus significados, nas questões de gênero e no feminismo, vão evidenciando-se as intencionalidades da reprodução da valorização do homem sobre a mulher.

Sendo assim, o Movimento reitera a proposição de Cecília Toledo:

Ver a situação da mulher como um problema de gênero e lutar por políticas de gênero fora do marco da luta geral da classe trabalhadora pela conquista do poder político significa não saber contra quem se luta. Significa dar as costas para a necessidade inadiável de mostrar à mulher trabalhadora o vínculo indissolúvel que existe entre sua condição de opressão e o capitalismo e, portanto, o vínculo indissolúvel que existe entre a luta por superar esta mesma condição de opressão e a luta pela revolução socialista (2008, p.15)

Trazendo novos elementos a esta reflexão, os conflitos de gênero no Movimento não podem ser vistos como negativos. Isso porque estão explodindo justamente por estar permanentemente pautados na luta

pela terra, além de incomodarem os que vão construindo e adquirindo consciência das políticas de igualdade de gênero.

Algumas linhas políticas de gênero no MST são rigorosamente seguidas pelo conjunto da organização, como a composição da coordenação e a indicação para os cursos superiores, viagens internacionais de intercâmbio ou de trabalho, garantindo a igualdade de participação de ambos os sexos. Em se tratando de números, talvez pareça equilibrado, mas não significa que isso se dá tranquilamente. Sendo assim, muitas vezes, a participação das mulheres nessas instâncias é mais numérica do que efetiva, realizando-se a partir de condições inferiores e muito mais difíceis que as dos homens. As mulheres são encorajadas a não expor suas ideias, já que as tarefas domésticas e o cuidar dos filhos e marido faz com que o tempo para estudar seja reduzido, ocasionando maior desgaste devido ao acúmulo dessas tarefas e impossibilitando que as mesmas estejam em condições iguais em relação aos homens.

Conforme observamos, em diversos momentos de reuniões da Direção Estadual de Minas Gerais do Movimento, em meados do ano de 2009, alguns homens adoravam contar piadas preconceituosas, principalmente em relação aos homossexuais e às mulheres. Nessas ocasiões, as expressões de aceitação e repúdio, podiam ser observadas nos semblantes de ambos os sexos, conforme a intensidade da formação política recebida, absorvida e aceita pelos sujeitos.

Esse tipo de tensão e conflito, associados à divisão sexual do trabalho, às hierarquias de poder de gênero e a outros aspectos da questão, podem, até mesmo, “condenar” a mulher a certas situações e ideologias. Ela se limita a cumprir todas as tarefas que se referem ao seu lar, não aproveitando oportunidades para participar e contribuir em outros espaços, práticas e atividades, enquanto os homens estão, geralmente, livres e disponíveis para ocupá-los.

Uma outra linha política muito teorizada no Movimento, mas restrita à teoria, é a

realização de formação sobre gênero em todos os setores e instâncias do MST, desde o núcleo de base até a direção nacional. Sobre isto um militante faz a seguinte avaliação:

O volume de recurso dentro do Movimento destinado de projeto a questão de gênero é muito diferente do que pras questão da produção e educação. Não se coloca dentro dos projetos que são feito como esses dois setores, o de educação e produção, que mais conseguem reunir recursos, não tem a discussão aberta a ponto de pautar a discussão de gênero. Tem uma série de coisa que a mulher descobre no Movimento, ganha força, ela rompe com o esposo. Mas porque ela rompe, porque ela não sabe fazer uma discussão com o companheiro dela, pra construir um companheiro que vá atender essas expectativas novas dela, então eu acho que esse elemento é muito forte. A estrutura do Movimento tem uma vontade política, mas vontade política só. Sem investimentos, sem dedicar, você não sai do lugar. Todas as vezes que a gente ia fazer a pauta, principalmente no período que eu fiquei no chamado grupo que pensava isto, no grupo de estudo estadual, o ponto sobre gênero era uma das discussões que pautava, mas o espaço era limitado pra discussão.

Estas considerações são relevantes, entre outros motivos, porque, ao invés de influenciar o embate, coloca homem e mulher como parceiros em um mesmo projeto, expondo a dificuldade que o MST encontra para pautar as relações de gênero dentro dos seus espaços formativos, bem como a prioridade dedicada aos setores de educação e produção.

Além disso, esse militante reitera o que está colocado, repetidamente, em diversos documentos do Movimento: a necessidade da formação constante quanto as relações de gênero, enfatizando a necessidade de investimentos em recursos, tempo e definição de prioridades nesta direção, para que não se torne um simples discurso ou retórica.

O próprio Movimento, em uma de suas cartilhas, se expressa a este respeito como

sendo necessário reconhecer o fato de que há desigualdades nas relações de gênero no MST. Em seus discursos e ações o conjunto da militância reproduz valores, desvios e práticas contrárias aos princípios do Movimento (2003, p. 22), destacando o princípio da direção coletiva, questões de gênero, juventude, organicidade dos setores. Dessa forma, torna-se possível intensificar nossa força por meio da luta popular de massa pela reforma agrária popular, buscando a transformação da sociedade.

A cooperação para que a mulher seja liberada da responsabilidade do trabalho doméstico, conforme análise de conjuntura feita sempre no início das reuniões, cursos do Movimento, não tem conseguido muitos avanços. Ou seja, todo o trabalho doméstico continua sendo de total responsabilidade feminina. Conforme as observações feitas nas reuniões de direção estadual de Minas Gerais, de 1999 a 2011, podemos afirmar, com convicção, que a maioria dos homens do MST cumprem as tarefas domésticas, como serviços de limpeza por exemplo, com mais tranquilidade apenas nos espaços de atividades do Movimento, uma vez que o espaço possui uma norma de divisão igualitária de tarefas entre ambos os sexos. Alguns, contudo, se exaltam, afirmando que estão realizando todas as tarefas para contribuir com as questões de gênero.

No entanto, dois problemas podem ser aqui colocados: isto seria algo para ser exaltado, ou uma simples obrigação dos homens como das mulheres? Será que as mulheres se exaltam quando executam tarefas que são consideradas como trabalho de homens? As mulheres afirmam que, a maioria dos seus maridos, militantes do Movimento, só fazem estes tipos de tarefas domésticas nos espaços coletivos do MST e, quando estão em casa, se elas não estiverem atentas, eles pedem e querem ser servidos à mesa, querem o chinelinho na porta do banheiro etc.

Entre as várias ideias e aspectos das relações de gênero, pode-se pensar no interesse do sistema capitalista atual em explorar cada

vez mais a mão de obra feminina. Neste sentido, vê-se, inclusive, uma inculcação ideológica no sentido de que as mulheres são até mais fortes que os homens, naturalizando essa cobrança de comportamentos iguais entre os sexos. Justificando que, se as mulheres querem ter direitos iguais aos homens, é justo que ambos tenham os mesmos deveres. Isso implica no não entendimento da luta das mulheres, que ensejam por direitos iguais, respeitando as diferenças entre os gêneros.

Mesmo que o Movimento continue avançando a ponto de ter, em seus princípios, a participação das mulheres nas instâncias de direção, os homens ainda cometem esse desvio: apenas a presença física da mulher basta; o que elas pensam e dizem não interessam muito para o coletivo. Portanto, esses pontos constituem a síntese das nossas observações, feitas enquanto mulheres dirigentes inseridas nos espaços do Movimento desde 1997.

O Setor de Gênero, por sua vez, continua tencionando o debate sobre a participação igualitária da mulher. Investir na formação das mulheres e homens também continua sendo um grande desafio. Esta questão pode ser tratada de várias formas, com risco de empobrecimento do debate, ao definir que tudo se resume no homem como opressor da mulher, deixando de ampliar sobre a própria origem desta exploração. Quanto a este problema, Cecília Toledo entende que:

As descobertas antropológicas permitem afirmar que a mulher não nasceu oprimida, mas passou a sê-lo devido a inúmeros fatores, dentre os quais os decisivos foram as relações econômicas, que depois determinaram toda superestrutura ideológica de sustentação dessa opressão: as crenças, os valores, os costumes, a cultura em geral (2008, p. 33).

A discussão sobre este tema é permeada de tensões e conflitos entre algumas lideranças, pelo fato de envolver a realidade vivida, havendo atuação prática entre homens e mulheres, nas quais, muitas vezes, o homem

persiste em práticas machistas/sexistas. A luta e o debate aflorados proporcionam essa desnaturalização, promovendo o começo de uma transformação de valores e comportamentos.

São essas reflexões muito pertinentes para o Setor de Gênero e para a educação do campo, uma vez que revelam as dificuldades de ambos os sexos em debater devidamente e superar as desigualdades de gênero, levantando, também, o problema do machismo existente por parte de algumas mulheres, além de pontuar a necessidade do debate desta questão e dar abertura à discussão e mudança da prática e do discurso. Uma delas é o fato de que, no Movimento, as mulheres sentem dificuldade em ocupar espaços de coordenações e direções ou até mesmo de sair para cursos de formação, porque seus esposos quando não impõem de forma radical o impedimento à sua participação, o fazem de maneira sutil. Dizem isso em um tom, conclamando-as para suas responsabilidades pré-determinadas pela sociedade, que torna possível se passar por maridos bonzinhos e compreensivos, deixando-as, contudo, fragilizadas para romperem com o processo de opressão ao ouvirem de seus companheiros certos bordões como: “Por mim tudo bem, mas quem vai tomar conta lá de casa?”. Basta um fato semelhante para que elas decidam não participar. São muito raros os casos de reação contrária, pois as próprias mulheres sentem-se mal em não cumprirem essas tarefas, como se estivessem fugindo de suas obrigações.

Neste sentido, Tânia Swain e Diva Muniz dizem o seguinte:

O fato é que as relações patriarcais e a ausência de políticas públicas produzem uma sobrecarga para as mulheres que passam a assumir, na maioria das vezes, sozinhas, o trabalho doméstico, ficando impedidas de usufruir tempo livre para desenvolver suas habilidades e capacidades (2005, p. 21).

De outra parte, tal como afirma Almira Rodrigues:

O desânimo e descrédito também advêm do fato de os espaços de representação e de poder não estarem funcionando e sendo eficazes para o enfrentamento das desigualdades e injustiças sociais (2005, p. 22).

Percebemos, então, que a formação acerca da temática de gênero é um dos principais e necessários fatores para garantir, com maior precisão, as mudanças tão almejadas pelo Movimento, pois aqueles que têm o mínimo de esclarecimento sobre o assunto, estão mais atentos a outras formas de disparidade, injustiça e discriminação. Além disso, podem estar mais vigilantes quanto a si mesmos e aos coletivos de que participam, procurando, ao invés de generalizar, estereotipar ou julgar as pessoas e suas condutas, compreender as limitações e o potencial de mudança das mesmas.

O surgimento das tensões e conflitos se dão mais pela ausência de momentos específicos, nos quais os militantes do Movimento podem estudar e debater as questões de gênero de forma qualificada e não de modo superficial, desrespeitoso, faltando o zelo, a seriedade e a profunda reflexão que esta temática exige. É preciso, portanto, evitar, como ocorre muitas vezes, que as questões, tensões e conflitos de gênero apareçam nos corredores, tidos como fofquinhas e debates totalmente despolitizados, gerando divergências pessoais e políticas, em vez de promoverem a unidade entre os trabalhadores e trabalhadoras do Movimento.

É notável, por meio das entrevistas e das observações dos comportamentos cotidianos, a apropriação que seus sujeitos fizeram das proposições teóricas contidas nas linhas políticas de gênero do MST e da educação do campo, como um nova perspectiva de esperança de libertação do povo camponês do atraso ao acesso à informação e à formação. Esta constatação representa uma esperança e nos leva a concluir que, apesar das dificuldades, eles e elas, poderão contribuir, efetivamente, para a implementação da prática das linhas de gênero no Movimento.

Essa assimilação da teoria já é um ponto positivo, embora seja insuficiente, para a luta de classes, para a luta pela terra, para a luta ao direito à educação do e no campo e de igualdade de gênero. Precisamos que homens e mulheres, de posse da teoria, edifiquem ações de mudança. Necessitamos, ainda, que esses novos sujeitos sociais sejam capazes de realizar os protagonismos históricos necessários à construção de uma nova sociedade mais justa para todos os seres humanos.

Entretanto, é preciso lembrar que ainda não foi entendido por todos e todas participantes do MST que as questões de gênero estão presentes em todos os momentos, em todos os lugares. Principalmente quando se trata de acampamento, a rotatividade das pessoas é intensa, com chegada e saída de acampados, ocasionando desconhecimento, por parte destes, em relação às questões de gênero. Portanto, esta temática continuará em pauta no MST permanentemente.

Referências

BOGO, Ademar. **Lições da Luta pela Terra**. Salvador: Memorial das Letras, 1999.

FREIRE, Paulo. Mulher nova e homem novo. In: MST, **Construindo novas relações de gênero: desafiando relações de poder**. São Paulo: ANCA, 2003.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Dossiê MST Escola**. Caderno de Educação nº 13, Documentos e Estudos 1999-2001, 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

_____. Setor Nacional de Gênero. **Construindo novas relações de gênero: desafiando relações de poder**. São Paulo: ANCA, 2003.

RODRIGUES, Almira. In:SWAIN, Tania Navarro; MUNIZ, Diva do Couto Gontijo (Orgs.) **Mulheres em ação**: práticas discursivas, práticas políticas. Florianópolis: Mulheres; Belo Horizonte: PUC Minas, 2005.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O poder do macho**. 7 ed. São Paulo: Moderna, 1987. (Coleção Polêmica).
_____. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004 (Coleção Brasil Urgente).

SWAIN, Tania Navarro; MUNIZ, Diva do Couto Gontijo (Orgs.) **Mulheres em ação**: práticas discursivas, práticas políticas. Florianópolis: Mulheres; Belo Horizonte: PUC Minas, 2005.

TOLEDO, Cecília. **Mulheres**: o gênero nos une, a classe nos divide. 2 ed. São Paulo: Sundermann, 2008.

Submetido em 3 de abril de 2012.

Aprovado em 3 de agosto de 2012.